

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>05</b>
<b>CAPÍTULO I - ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>1. O conceito de cultura: Relativismo e Universalismo.....</b>	<b>11</b>
<b>2.Cultura, Globalização e Multiculturalismo.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO II - UMA BREVE ANÁLISE DOS PCNS .....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO III - A VISÃO DE CULTURA E SOCIEDADE PROPOSTA NOS PCNS.....</b>	<b>25</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>34</b>
<b>ANEXO</b>	

## INTRODUÇÃO

Esta monografia tem por tema mais amplo a relação entre cultura e educação que, nos últimos trinta anos, tem sido uma tônica cada vez mais focada no âmbito educacional. Nosso objetivo mais específico é analisar qual conceito de cultura, e tangencialmente o de sociedade e identidade nacional que estão presentes em um dos documentos que orientam a prática docente, isto é, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) publicados em 1997.

Os PCNs fazem parte de um escopo maior de mudanças que marcaram a década dos anos de 1990. Por exemplo, foi neste período que se promulgou a nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB: lei 9424/96); em 1999 é publicado pelo MEC o texto que versa sobre os Referenciais para a Formação de Professores e, no mesmo ano, a resolução do governo em implantar o Curso Normal Superior, como instituição específica para a formação do docente das séries iniciais, medida que suscitou debates contundentes em defesa do curso de Pedagogia. Vale ressaltar que os educadores foram “vitoriosos” mantendo a formação de professores nos curso de Pedagogia, nas universidades e Centros Universitários e facultando as Instituições Isoladas a criação do Curso Normal Superior.

Os PCNs foram publicados em 1997 e, segundo consta na apresentação, tinham por objetivo configurar-se como uma proposta aberta e flexível que pudesse ser concretizada regional e localmente pelas escolas e professores. Seriam, portanto, um conjunto de proposições a partir dos quais a educação pudesse ser organizada respeitando-se a diversidades culturais (inclui-se aqui o étnico, o religioso, o político) que são características de uma sociedade múltipla, estratificada e complexa como é a brasileira. Configura-se, pois em um documento fundamental para a problemática proposta por esta monografia já que os elaboradores do documento tiveram por base conceitos de autores que se dedicaram a definir o que poderíamos denominar a identidade do brasileiro a qual, como veremos, está fortemente marcada pela identidade cultural.

Sabemos que o conceito de cultura foi inicialmente utilizado pela Antropologia e, portanto, no primeiro capítulo tentaremos, ainda que de forma resumida, retomar este conceito resgatando como ele foi pensado nessa área do conhecimento. Também neste capítulo iremos focar como a antropologia começa a ser articulada com a educação que, tradicionalmente ancorava seus alicerces na sociologia,

filosofia, psicologia e história e que o amplia integrando este campo de conhecimento.

A proposta metodológica pode ser descrita da seguinte maneira. Nosso interesse inicial adveio da idéia de realizar uma pesquisa empírica na qual pudéssemos ver como em uma escola e, mais especificamente, em uma sala de aula a professora tratava alunos que poderiam ser classificados como diversos culturalmente. No entanto, esta idéia levou a seguinte suspeita: será que podemos no caso brasileiro afirmar que as salas de aula são compostas de alunos com culturas diferentes? Se sim, que conceito de cultura é utilizado pelos autores quando operam com a idéia de que o professor deve respeitar a cultura do aluno? Assim, deixamos a pesquisa empírica para um segundo momento, pois acreditamos ser importante compreender qual o conceito que está por detrás destas idéias.

A primeira dificuldade surgiu quando tentamos estabelecer um recorte para a pesquisa, já que as publicações envolvendo a relação entre o conceito de cultura e escolarização tem se ampliado. Esta tendência de crescimento parece, por outro lado, indicar que o tema vem ganhando destaque na área da educação. Assim, que optamos por nos centrar na análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais no qual encontramos no livro introdutório referências importantes sobre a questão cultural.

O texto da monografia foi organizado da seguinte forma:

No capítulo 1 como já enunciado iremos analisar o conceito de cultura tomando textos de antropólogos e educadores. No capítulo 2 faremos uma breve análise dos PCNS e no Capítulo 3 retomaremos algumas passagens literais nas quais os conceitos de cultura, sociedade e identidade nacional, aparecem explicitados nos PCNS. Para tanto, iremos privilegiar o volume 1 (Introdução) e o volume 10 ( Pluralidade Cultural e Orientação Sexual) dado que nos outros volumes e particularmente os de História e Geografia encontramos idéias muito similares. Ou seja, tratamos de recuperar as passagens que marcavam a visão de cultura e diversidade cultural na qual está incluído o tema da identidade nacional.

Nas considerações finais iremos elencar algumas questões que vão estar dispersa ao longo dos capítulos, no sentido de sintetizar e problematizar o conceito de cultura proposto nos PCNs.

Por fim, no anexo estão todas as passagens que foram recuperadas do livro Introdutório (volume 1 ) e do Volume 10 na parte específica sobre Pluralidade Cultural.

## CAPÍTULO I - ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO

Como afirmamos na Introdução a antropologia com seus estudos sobre o cotidiano, as representações e o imaginário dentre outras abordagens, tem sido contemplada pelos educadores como forma de compreender as relações sociais, no âmbito escolar. E, embora esta associação não seja uma novidade como mostra Brandão (2002) nos lembrando a associação entre a educação e a cultura popular já existe nos anos de 1960, hoje a ênfase tem recaído no multiculturalismo e no conceito de cultura entendido no sentido microscópico. Na tentativa de compreender porque a relação entre estas áreas tem se tornada mais ampla vamos nos remeter a alguns trabalhos que consideramos importantes.

Um indício importante pode ser encontrado no texto de Lovisolo (1984). Para o autor, a Antropologia que tem sido aceita, é aquela que ajuda construir uma imagem da sociedade constituída por diferentes identidades coletivas, reforçando a imagem de uma sociedade não – natural produto da subjetividade e da intersubjetividade. Afirma ainda que a aceitação da antropologia pela sociedade complexa convive com a emergência da representação de uma sociedade que enfatiza a sua diversidade. Afirma, também, que a representação da sociedade ocidental deve ser entendida como formada a partir de identidades coletivas diferenciadas, portadoras de valores e padrões singulares e encarregadas de fornecer aos indivíduos seus referenciais, ganhou força, portanto, esta imagem da sociedade não se deixa seduzir, pelo individualismo metodológico ou pela representação classista.

Para o autor, a função da antropologia na sociedade complexa é a de colaborar na elaboração da representação da diversidade, no reconhecimento das diferenças e na argumentação da legitimidade de sua existência. A tarefa da Antropologia no campo educacional consistirá em se pensar a elaboração e a reelaboração social dos sistemas classificatórios e de representações que comandam não apenas a geração de propostas educacionais, mas também suas formas de implementação com as “tradições” e a maneira como se dá a apropriação das mesmas. A eficácia da educação poderia ser mensurada pelo modo como os símbolos, por meio de ritos, se institucionalizam, integrando-se aos distintos aspectos da vida social.

Assim, ao compreender o homem, como sujeito embebido e portador de sua cultura, orientado pelos seus significados e respeitoso de uma tradição e de sua identidade é uma das marcas da antropologia que será transferida para a educação. Podemos então ver que a preocupação com a diversidade e a diferença entre e nas sociedades, as singularidades e as formas de construção das identidades será reforçada como visão do ambiente educativo. Aqui podemos estabelecer uma primeira relação com os PCNs, isto é, a valorização da abordagem relativista por oposição a proposta universalista também presente nas abordagens antropológicas.

O Relativismo repudia qualquer verdade ou valor absoluto, pois parte do pressuposto de que todo "ponto de vista" é válido, ou seja, que em cada "cultura" existem crenças, comportamentos, valores, instituições, regras morais que permeiam e identificam uma sociedade e que devem ser respeitadas. A cultura explica e dá sentido à cosmologia social, ou seja, é a identidade própria de um grupo humano em um território e num determinado período.

Ao trazer a visão antropológica para a educação solidifica-se a base para a defesa de algumas idéias que estarão presentes nos PCNs. Por exemplo, a exigência que se leve em conta o contexto de vida das crianças, suas experiências, seus conhecimentos adquiridos, as características específicas dos professores e da escola como instituição. O olhar antropológico sobre a educação considera o contexto social e cultural em que a criança, o jovem e o adulto estão inseridos.

Essa abordagem combina-se com uma outra que é a tendência interacionista, no sentido de Vygotsky já que a interação homem-mundo, sujeito-objeto, é decisiva para que o ser humano se desenvolva e se torne sujeito de sua própria práxis, de sua própria educação, sua história. A escola deve ser um local onde seja possível o crescimento mútuo de alunos e professores no processo de conscientização. É também necessário o desenvolvimento de uma consciência crítica e libertadora como meio de superação das contradições e que esta concepção seja defendida como um dos principais deveres da escolarização que, como mostra (texto dos professores) foi assimilado pelos professores.

Deve haver o reconhecimento da diferença social-cultural nas instituições escolares, não sendo cabível aceitar nenhum tipo de discriminação aos sujeitos que as freqüentam. O requisito para uma educação democrática é o critério de qualidade, pois a diferença deve ser considerada para que se possam alcançar os mesmos objetivos educacionais.

A escola é um espaço público para a convivência fora da vida privada, íntima, familiar. Ao nos capacitarmos para a convivência participativa na escola, participamos de um processo de aprendizagem que também nos ensina como participar do restante da vida social. Sendo assim, todos devem ter o direito de falar, opinar e participar nos processos decisórios. É participando que se aprende a participar.

Um ponto de partida para que exista o respeito à diversidade na escola é aceitarmos que os agentes que interagem na escola têm interesses, visões de mundo e culturas diferentes e nenhum de nós tem o monopólio da verdade, da inteligência e da beleza. Daí a necessidade de negociações permanentes para que todos façam concessões, e todos tenham ao menos parte dos seus interesses e valores contemplados no espaço público da escola.

Ao considerarmos que os seres humanos dependem do reconhecimento que lhes é dado, estamos reconhecendo que a identidade do ser humano não é inata ou pré-determinada, e isso nos torna mais críticos e reflexivos sobre a maneira como estamos contribuindo para a formação das identidades dos nossos alunos. Considero de grande importância, que educação seja compreendida como uma agência mediadora para que através dela se revalorizem as várias culturas étnicas.

Creio que as escolas, como instituições de socialização têm como tarefa expandir as capacidades humanas, favorecer análises e processos de reflexão em comum da realidade, desenvolver nos alunos procedimentos e habilidades imprescindíveis para sua atuação responsável, crítica, democrática e solidária na sociedade. As instituições de ensino não devem pensar que o ambiente escolar é lugar de uma única idéia sobre os temas e ocorrências pedagógicas, ou seja, no ambiente escolar, não há como disciplinar uma só concepção ou idéia na formação dos alunos.

Numa abordagem antropológica, a identidade é uma construção que se faz com atributos culturais, isto é, ela se caracteriza pelo conjunto de elementos culturais adquiridos pelo indivíduo através da herança cultural. A identidade confere diferenças aos grupos humanos. Ela se evidencia em termos da consciência da diferença e do contraste do outro. O currículo monocultural até hoje divulgado deverá ser revisado e a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas. E a escola terá o dever de dialogar com tais culturas e reconhecer o pluralismo cultural brasileiro.

A Antropologia contribuiu com a idéia de que entre as culturas não deve haver uma hierarquia. A compreensão de cultura a partir da Antropologia fundamenta o multiculturalismo.

Olhar a especificidade da diferença é instigá-la e vê-la no plano da coletividade. Pensar numa escola de qualidade é pensar na perspectiva de uma educação inclusiva, ou seja, é questionar o cotidiano escolar, compreender e respeitar a diversidade, que está presente nos distintos grupos–identidades.

Os educadores devem conhecer os universos culturais dos alunos, fazendo com que o ensino seja ajustado à realidade social e cultural de cada um. Não devemos ignorar as identidades, devemos sim saber lidar com o plural, o diverso, o múltiplo; respeitando a diferença e a pluralidade cultural das pessoas que nos cercam. Uma escola de qualidade é um espaço educativo de construção de personalidades humanas, autônomas, críticas, uma instituição em que todas as crianças aprendem a ser pessoas. Se a diversidade for considerada, existirá, portanto, uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, conexional, que se contrapõe a toda e qualquer visão individualizada, hierárquica do saber.

Ao investir nas diferenças e na riqueza de um ambiente que confronta significados, desejos, experiências, o educador “abre espaço” para a liberdade e a diversidade das opiniões dos alunos e nesse sentido ele é obrigado a abandonar crenças e comportamentos que negam ao aluno a possibilidade de aprender a partir do que sabe e chegar até onde é capaz de progredir.

Nas Instituições Escolares, a diversidade é um elemento no qual estão presentes as diferenças entre indivíduos pertencentes a distintos grupos–identidades constituindo, portanto, uma sociedade complexa que é diversificada e pluralista. A diferença entre esses grupos será assimilada com positividade através do reconhecimento do outro e do respeito mútuo. Para que uma sociedade seja complexa, diversificada e pluralista, a legitimidade social de cada grupo identificado deve ser reconhecida.

Esta é a marca do relativismo cultural que como veremos irá permear toda a proposta dos PCNs assim como a defesa do multiculturalismo.



## 1. O conceito de cultura: Relativismo e Universalismo

De acordo com Brandão (1996) é possível dizer que existe cultura em uma sociedade quando há uma tradição viva, conscientemente elaborada que passa de geração para geração, que permita individualizar ou tornar singular, e única uma dada comunidade relativamente às outras.

Para o autor a cultura deve ser vista como um conjunto de representações sociais vinculadas a padrões de comportamento, crença, ideais, pensamentos, visões de "mundo", etc., transmitidos coletivamente e típicos de uma sociedade.

Mas a compreensão e análise da cultura dividem os antropólogos entre os que privilegiam o relativismo e os que defendem o universalismo. Ainda de acordo com o autor, o relativismo leva em consideração diversos tipos de análise, mesmo sendo análises aparentemente contraditórias. O Relativismo Cultural defende a validade e a riqueza de qualquer sistema cultural e nega qualquer valorização moral e ética dos mesmos. O relativismo cultural defende que o bem e o mal, o certo e o errado, e outras categorias de valores são relativos a cada cultura. O "bem" coincide com o que é "socialmente aprovado" numa dada cultura.

As diferenças culturais compõem o painel humano e, em escala global, somos diferentes em nossas verdades, em nossos meios técnicos, em nossa religiosidade, em nossas instituições e principalmente em nosso cotidiano. E precisamos identificar a diferença cultural como algo salutar e não como diferenças que expressam a superioridade de alguns em detrimento de outros.

O seu oposto é a idéia do Universalismo advém do "geral", abrangendo quase por inteiro, um campo de conhecimento e aptidões considerando a realidade como um todo único, válido para os homens em geral. Segundo esta perspectiva, as leis naturais estabeleceriam certos direitos inerentes a todos os seres humanos e representariam, via de consequência, uma lei superior, que seria considerada o parâmetro supremo a ser observado na elaboração das normas nacionais e internacionais referentes à dogmática humanística. Nesse caso, as diferenças culturais são desconsideradas, e desvalorizadas, sendo que a realidade de uma determinada cultura, deve ser considerada como um todo único, que encontra pontos em comum com todas as outras.

No ponto seguinte, veremos que, para alguns autores, o ideal seria a combinação do respeito as diferenças mas que deveria ser mediado pela idéia de um homem universal, principalmente diante de fenômenos como a globalização .

## **2.Cultura, Globalização e Multiculturalismo**

É importante que a relação entre cultura e educação seja vista na sua interdependência. De um lado está a educação e de outro a cultura como o lugar, a fonte que nutre o processo educacional que tem intenção de formar pessoas, para formar consciências. A cultura é a dinâmica de relacionamento que o indivíduo tem com o que faz sentido para ele, com a sua realidade, de onde vêm os conteúdos formativos, ou seja, de formação para o processo educacional.

Como vimos, a cultura abarca crenças, comportamentos, valores, instituições, regras morais que permeiam e identificam uma sociedade. Explica e dá sentido à cosmologia social; é a identidade própria de um grupo humano em um território e num determinado período.

A identidade de uma cultura está relacionada às características que se podem atribuir a uma cultura determinada, enquanto a identidade cultural são as características que se podem atribuir a um indivíduo ou a um grupo pelo fato de sentir que pertence a uma cultura definida.

A diversidade cultural engloba as diferenças culturais que existem entre as pessoas, como a linguagem, danças, vestuário e tradições, bem como a forma como as sociedades organizam-se conforme a sua concepção de moral e de religião, a forma como eles interagem com o ambiente etc. A idéia de diversidade está ligada aos conceitos de pluralidade, multiplicidade, diferentes ângulos de visão ou de abordagem, heterogeneidade e variedade. O termo diversidade diz respeito à variedade e convivência de idéias, características ou elementos diferentes entre si, em determinado assunto, situação ou ambiente.

Um texto interessante para a abordagem da globalização e do multiculturalismo é o de Candau (2002).

Para a autora, o processo de Globalização diz respeito à forma como os países interagem e aproximam pessoas, ou seja, interliga o mundo, levando em consideração aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos. A globalização pode ser compreendida como a outra face da diversidade e da diversificação

interiores reforçando os vínculos e os laços de dependência exteriores. As tecnologias da informação oferecem às pessoas perspectivas para criar e compartilhar conteúdos culturais e idéias, em escala mundial.

A globalização não é um fenômeno unidimensional. Ela é mais bem caracterizada como um processo de progressiva inter-relação entre diferentes sociedades do mundo como um todo nas três esferas determinantes da dinâmica social: a econômica, a política e a cultural.

Para a autora, o multiculturalismo constitui o pilar ideológico da dimensão cultural da globalização, pois se propõe a possibilitar a circulação ampla de todo tipo de bens e serviços entre povos vastamente diferentes entre si quanto à história, língua, costumes, etc. Há uma tensão entre o global e o local que, de acordo com Santos apud Candau (2002) distinguem:

a globalização de cima para baixo' ou hegemônica ( localismo globalizado e globalismo localizado) e a globalização de baixo para cima ou contra-hegemônica ( cosmopolitismo e patrimônio comum da humanidade).  
Essas análises do processo de globalização contribuem para aprofundar a compreensão da complexidade do fenômeno, que não deve ser visto como um silenciador das diferenças na sociedade ( o fim da história), nem como uma ação de mão única (trazendo só possibilidades positivas ou negativas), nem como algo de inexpressiva importância no contexto social.( CANDAU, 2002, p. 16)

Ao tentar resgatar o que há de positivo na globalização e no multiculturalismo, a para o âmbito da educação, a autora defende a interculturalidade, perspectiva que implica a aceitação da interrelação entre diferentes grupos culturais; da permanente renovação das culturas; do processo de hibridização das culturas; e da vinculação entre questões de diferença e desigualdade. Seu pressuposto é que a diferença se encontra na base dos processos educativos, ou seja, multiculturalismo e interculturalidade na educação envolvem a natureza da resposta que se dá a toda diversidade que é expressa nos ambientes e arranjos educacionais, ou seja, nas teorias, nas práticas e nas políticas.

Portanto, a dimensão cultural na prática pedagógica deve ser entendida não somente, como um determinante macroestrutural, mas também como um elemento construído no interior da escola e parte do cotidiano escolar. O multiculturalismo é um dado da realidade. A sociedade é multicultural. Pode haver várias maneiras de

se lidar com esse dado, uma das quais é a interculturalidade, já que possibilita e acentua a relação entre os diferentes grupos sociais e culturais.

A perspectiva intercultural quer promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação capaz de favorecer a construção de um projeto comum, onde as diferenças sejam dialeticamente integradas e que seja parte desse patrimônio comum.

Esta autora acredita que não há educação que não esteja imersa na cultura da humanidade e, particularmente, do momento histórico em que se situa. Não se pode conceber uma experiência pedagógica “desculturalizada”, em que a referência cultural não esteja presente.

O ponto de partida para se caminhar na direção de uma educação multicultural e antidiscriminadora, implica reconhecer a existência dessa problemática, não silenciá-la, refletir sobre ela.

A escola é, sem dúvida, uma instituição cultural. Portanto, as relações entre escola e cultura não podem ser concebidas como entre dois pólos independentes, mas sim como universos entrelaçados, como uma teia tecida no cotidiano e com fios e nós profundamente articulados.

A escola está sendo chamada a lidar com a pluralidade de culturas, reconhecer os diferentes sujeitos socioculturais presentes em seu contexto, abrir espaços para a manifestação e valorização das diferenças. A autora em questão cita McCarthy (1998), o qual é essencial que nos situemos, na prática pedagógica multicultural, além da visão das culturas como interrelacionadas, como mutuamente geradas e influenciadas.

Uma outra visão muito próxima é a de Enguita (2004). De acordo com o autor, o multiculturalismo é o reconhecimento das diferenças, da individualidade de cada cultura, isto é, devemos em uma sociedade plural e complexa respeitar as diferenças de valores e costumes reconhecendo a existência, o valor e, o que é mais difícil, a autonomia das diferentes culturas existentes. O multiculturalismo opõe-se ao que o autor julga ser uma forma de etnocentrismo. E, por este caminho defende a construção de um currículo que vá além do que está prescrito, e contribua para fazer discussões de acolhimento ao outro/a. É preciso pensar em atividades alternativas que valorizem a pluralidade cultural e as diferentes possibilidades que podem surgir



**Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Humanas  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**JULIANA CRISTINA DA SILVA BARROS**

**DIVERSIDADE CULTURAL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DOS PCNs**

**Rio de Janeiro**  
**2010**

**JULIANA CRISTINA DA SILVA BARROS**

**DIVERSIDADE CULTURAL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DOS PCNS**

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso)  
apresentada à UNIRIO como requisito parcial para  
a obtenção de Licenciatura Plena em Pedagogia  
sob a Orientação da profa. Dra Tânia Mara  
Tavares da Silva

**Rio de Janeiro**

**2010**

## RESUMO

Esta monografia tem por tema mais amplo a relação entre cultura e educação que, nos últimos trinta anos, tem sido uma tônica cada vez mais focada no âmbito educacional. Nosso objetivo mais específico foi o de analisar qual conceito de cultura, e tangencialmente o de sociedade brasileira e identidade nacional que estão presentes em um dos documentos que orientam a prática docente, isto é, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) publicados em 1997. Os PCNs foram publicados em 1997 e, segundo consta na apresentação, tinham por objetivo configurar-se como uma proposta aberta e flexível que pudesse ser concretizada regional e localmente pelas escolas e professores. Seriam, portanto, um conjunto de proposições a partir dos quais a educação pudesse ser organizada respeitando-se a diversidades culturais (inclui-se aqui o étnico, o religioso, o político) que são características de uma sociedade múltipla, estratificada e complexa como é a brasileira. Configura-se, pois em um documento fundamental para a problemática proposta por esta monografia já que os elaboradores do documento tiveram por base conceitos de autores que se dedicaram a definir o que poderíamos denominar a identidade do brasileiro a qual, como veremos, está fortemente marcada pela identidade cultural.

Palavras Chaves: PCNs ; Cultura; Identidade; Política; Formação Docente

se pensarmos a globalização como algo positivo. O autor defende inclusive que abandonemos o termo multiculturalismo.

Nas suas palavras:

O respeito a outras culturas não pode consistir em petrificá-las, em hipostasiá-las. (...) Parece-me que as expressões multiculturalidade e interculturalismo, captam, cada uma, um dos aspectos do problema, mas que nenhuma delas é capaz de captar ambos por si mesma. Multiculturalidade significa reconhecer a existência, o valor e a autonomia das diferentes culturas existentes. Interculturalismo significa compreender que são sistemas em processo de mudança, por sua dinâmica tanto interna-evolução, conflito- como externa- imitação, competência. Os sufixos não são inocentes: a multiculturalidade é uma situação dada; o interculturalismo, uma visão de futuro. (ENGUIITA, 2004, p. 53- 54-55)

Talvez pensar pela idéia do interculturalismo seja um dos caminhos para combater os preconceitos e discriminações ligadas à raça, ao gênero, às deficiências, à idade e à cultura, constituindo assim uma nova ideologia para uma sociedade como a nossa que é composta por diversas etnias, nas quais as marcas identitárias, como cor da pele, modos de falar, diversidade religiosa, fazem a diferença em nossa sociedade. Seria construir um conjunto de respostas à pluralidade cultural e ao desafio a injustiças e desigualdades a ela relacionadas. Porém, este processo **não pode ser analisado longe das relações de poder, pois estas fizeram com que as diferentes culturas raciais, éticas e nacionais vivessem no mesmo espaço.** No entanto, uma forma de tornar positiva uma visão de uma sociedade plural culturalmente, seria entender que e agir na busca pelo respeito, pela tolerância e pela convivência pacífica entre as culturas.

Para Enguita (2004, op. cit) devemos entender que olhar a educação por uma perspectiva multiculturalista, significa reconhecer que não há nenhuma posição superior, privilegiada, a partir da qual se possam definir certos valores ou instituições como universais. Ou seja, trata-se de uma posição marcada pelo relativismo, mas que de acordo com o autor deve ser ampliada de forma a que reconheçamos a possibilidade de universalizar esta idéia.

As escolas devem buscar práticas curriculares onde a pluralidade esteja inserida, fazendo uso de dinâmicas que sensibilizem as identidades, pois a compreensão da identidade cultural como algo que é construído, provisório e inacabado, propicia uma maior sensibilização dos sujeitos.



Historicamente as escolas foram, e são o produto provisório de uma longa cadeia de conflitos ideológicos, organizativos e, em um sentido amplo, sociais. Ele acredita que a escola tem um papel primordial na tarefa de aprendizagem e interiorização prévias dessas relações sociais. Portanto, é preciso considerar a ideologia produzida pela escola, não como algo impessoal de uma estrutura social sem agentes, mas sim como algo derivado da experiência cotidiana dos agentes das relações sociais da educação, da forma como vivem regularmente estas relações sociais, além de existir enquanto uma entidade personificada em sua consciência individual.

A busca de uma educação que esteja atenta à diversidade, em especial da classe dos trabalhadores, muito se pode fazer no sentido da revalorização do trabalho manual, na cultura prática, no reconhecimento da linguagem informal, na reformulação não elitista da história, na problematização do contexto trabalhador, etc.

Aspectos como a linguagem informal, por exemplo, podem ser valorizados na medida em que podem trazer grandes benefícios ao objetivo de buscar uma educação que esteja atenta à diversidade.

Para Enguita, vivemos em uma sociedade de transformações rápidas e a escola tem um papel fundamental neste momento já que enfrenta as mudanças das formas de convivência em sociedade. “O que o educador aprende hoje é só uma parte do que vai precisar em seu trabalho a vida toda”, observa. Neste sentido, a escola precisa aprender a conviver com as famílias e com as cidades. A escola tem de ser hoje um foco gerador de ação comunitária que leve em conta as diferenças culturais e a dinâmica da relação entre as culturas.

No entanto, para o autor:

Será que é preciso explicitar que nem a instituição escolar, nem os professores estão, em princípio, equiparados para isso? Seguramente não. Seguramente, é desnecessário dizer que se requer uma formação mais ampla e menos dogmática dos professores, orientações curriculares mais atentas à natureza mutável da sociedade, relações mais fluidas e úteis entre as autoridades públicas e as minorias etc (ENGUITA, 2004, p. 55)

Como veremos, os PCNs podem ser considerados como uma tentativa do que propõe o autor. Mas o problema talvez continue sendo o mesmo: como colocar em prática? Mas esta questão exigiria um novo trabalho.

## CAPÍTULO II - UMA BREVE ANÁLISE DOS PCNS

Este capítulo terá como objetivo descrever os aspectos positivos e negativos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). O foco da questão exige inicialmente que contextualizemos os PCNs no âmbito mais amplo das Políticas Educacionais já que se inserem em um período de mudanças significativas nos rumos educação nacional brasileira.

Vemos no texto introdutório que a elaboração do documento, deu-se a partir de alguns fatos externos importantes como a Conferência Mundial de Educação para Todos ocorrida em 1990 na Tailândia e da Declaração de Nova Delhi das quais o Brasil foi signatário. Do ponto de vista interno, ele respondia ao que constava no Plano Decenal da Educação para Todos (1993- 2003) e também estava em consonância com o estabelecido na Constituição de 1988, isto é, a obrigação do Estado de elaborar parâmetros claros no campo curricular que pudessem orientar o ensino obrigatório adequando-se aos ideais democráticos que traziam novos ares para a nação após um longo período de regime ditatorial. Somado a este aspecto está também a LDB que no seu artigo 22 deixa claro a necessidade da escola educar para o exercício da cidadania e para a preparação para o mundo do trabalho desde a educação fundamental. O histórico também ressalta da LDB quatro pontos fundamentais que podem ser resumidos como:

- a) desenvolver a capacidade de aprender tendo o domínio da leitura, escrita e cálculo como base;
- b) a compreensão do ambiente natural, social, político, tecnológico além das artes e valores que fundamentam a sociedade;
- c) a aquisição de conhecimentos e habilidades fundamentais para a aprendizagem e a formação de atitudes e valores e, por fim
- d) o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade e de tolerância na qual assenta-se a vida social.

A elaboração dos PCNs ocorreu a partir de uma proposta preliminar discutida em encontros regionais organizados pelas delegacias do MEC nos quais participaram representantes e técnicos ligados ao âmbito da educação e os resultados ( pareceres , críticas e sugestões) contribuíram, ainda de acordo com o texto, para a reelaboração do documento. Também consta no texto que foram levados em conta indicadores do MEC sobre desempenho de alunos, professores e uma questão central na educação brasileira que é a repetência. O histórico finaliza centrando o foco na formação dos professores, indicando a necessidade de que ela seja realizada como um processo reflexivo e crítico sobre a prática educativa. Assim, para os elaboradores dos PCNs intervir no desenvolvimento deste profissional é também intervir nas suas reais condições de trabalho.

Vemos aqui uma concordância entre Enguita (2004) e o que propõe o texto. Para os que elaboraram os PCNs o processo de formação dos professores caracteriza-se como fundamental para a melhoria da qualidade de ensino. Então, a proposta é fornecer aos professores através dos PCNs um conteúdo básico ( há inclusive uma descrição no livro introdutório sobre as pedagogias que fizeram parte da nossa história educacional) que aliada as outras medidas ( FUNDEF e agora FUNDEB , por exemplo) propõe “um espécie “ de norte para um agir docente que se pauta principalmente na reflexão sobre a própria prática e na preparação dos educandos para o “mundo novo” que a globalização da economia aliada a proposta neoliberal, ancorada na democracia. Ou seja, um capitalismo que se pauta pela justiça social e a busca da equidade através da educação.

Os PCNs centram-se primordialmente em uma nova organização curricular que deverá ser implementada nas escolas pelos gestores e professores.

Um ponto que é unanimemente colocado como negativo por alguns autores que sob a perspectiva marxista criticam os PCNs tendo por base a crítica a globalização e o neoliberalismo diz respeito ao fato de que eles retiram da análise o conceito de classe social e substituem-no pelo conceito de cultura. De acordo com Jacomeli (2007) os interesses contraditórios das classes sociais são eliminados e os conflitos sociais deixam de ser identificados como característica do modo de produção capitalista, e sim pelo não reconhecimento da diversidade cultural dos povos.

De acordo com Silva (2005) uma forma de refinar um pouco mais está análise é entender os PCNs na sua relação com este momento histórico.

Para a autora:

Portanto, no que se refere especificamente ao contexto da globalização e do neoliberalismo contexto no qual emergem os PCNs podemos pontuar quanto à formação de professores que este contexto pode ser “lido” de como um movimento que, possibilita, segundo a perspectiva de Alexander (1989) a combinação de elaborações coletivistas que enfatizam a “liberdade para”, isto é, a capacidade do agir comum e a “liberdade de”, mais individualista, que enfatiza a capacidade de realização pessoal. Quando tomamos como base estas perspectivas teóricas é possível enunciar, como tese, que a proposta do PCNs parece enfatizar a “liberdade de”, embora coloque como proposta a “liberdade para, ou seja, trata-se de se perguntar o que posso fazer (liberdade de) e quem tolhe o que faço (liberdade para). (SILVA, 2005, p. 3)

Ainda de acordo com a mesma autora, esta forma de intervenção docente está afinada com a tradição de transformação social mediada pela educação. Isto quer dizer que ela compartilha pontos de inflexão similares a outros movimentos da educação brasileira, principalmente os que se sedimentaram após o advento da proposta de Educação Popular tal qual idealizada por Freire. Por este caminho, é possível perceber que o texto opera em dois sentidos combinados: o da valorização do trabalho docente para a melhoria do ensino e, ao mesmo tempo, condiciona esta melhoria à conscientização, pelo professor, das condições históricas em que ele realiza sua intervenção. Da mesma forma que na educação popular, os educandos, os docentes, aprenderiam a ser um professor que educa para os “novos tempos” pela conscientização do seu lugar na sociedade. Lembremos que nas propostas originais da Educação Popular o educando passava da consciência ingênua ou não reflexiva para a reflexiva. Portanto, as semelhanças de forma e linguagem são muito evidentes, o que torna o documento sedutor e difícil de ser criticado a não ser por perspectivas teóricas que não são assumidas como primordiais. (Silva, 2005)

Ainda de acordo com Silva (2005) o texto também compartilha outros pontos de inflexão com o neoliberalismo. No que se refere ao contexto de valores do neoliberalismo, reforça alguns conceitos como autonomia, emancipação e flexibilidade e, neste sentido, insere a dobradiça que une o individual (a atuação de cada professor) ao coletivo (conhecer o contexto no qual atua é condição básica para o professor poder transformá-lo).

Também o conceito de transformação social está muito próximo da proposta liberal ou neoliberal, já que a transformação da sociedade prevista pela intervenção docente, no sentido dado pelo documento é exequível nestes contextos. Ou seja, a

defesa de uma sociedade mais justa, composta por indivíduos emancipados com acesso aos bens de consumo e que respeita as diferenças, não exige uma transformação estrutural da sociedade, isto é, de seu modo de produção.

Além disto, o documento contempla uma visão já consagrada da sociedade, isto é, uma sociedade organizada de forma complexa (entendendo como complexa uma sociedade que se representa a partir do conceito da diversidade), cria a demanda por uma formação docente que possibilite tratar questões de âmbito diverso como diversidade cultural, sexualidade, ética, meio ambiente dentre outras, já que o indivíduo passa a ser visto como produto de uma cultura particular, embora não isolada.

O discurso, em defesa dessa formação mais ampliada, é colocado como urgente, mesmo que se reconheça que as condições conjunturais são adversas, isto é, os salários são baixos, as classes estão lotadas, o professor muitas vezes duplica o período de trabalho, etc. Assim, se por um lado temos como objetivo agir sob os preceitos de uma sociedade complexa, por outro lado os recursos disponíveis não levam em conta esta natureza. Talvez por isso, as propostas para a formação docente pareçam ideais, mas muito difíceis de serem atingidas. Nas palavras de Castro:

Como o trabalho do professor e do educador não recebem as mesmas recompensas obtidas em outras atividades profissionais, tais como recursos financeiros e prestígio, o da diretora de escola tenderá a ser um trabalho não valorizado e recompensado socialmente. Apesar disto, observou-se que existe uma dimensão muito rica, humana e afetiva no trabalho da diretora da escola, o que faz com que ele seja estimulante e permita que a diretora enfrente os desafios cotidianos com esperança e perseverança ( CASTRO, 2000,p. 74)

Porém, exige-se do professor (e daqueles que o formam nas universidades) que ele seja profissional, isto é, que a sua atuação deve ser orientada por atitudes e “competências” exigidas por uma escola que deve se adequar aos novos tempos. Este pressuposto pode ser encontrado tanto em documentos elaborados pelos organismos internacionais, quanto na “nova” literatura educacional que trata a formação docente Encontramos, portanto, uma ratificação desta nova forma de intervenção que discursos e propostas elaboradas em várias frentes reafirmam categorias similares como, por exemplo, a autonomia, o trabalho com a comunidade, a reflexão e a pesquisa. (Silva, 2005).

Do ponto de vista teórico metodológico, o conjunto das propostas contidas nos PCNs apresenta, como primordial, a negação do tecnicismo o que significa reafirmar que o ensino é produção e não reprodução de conhecimento. O caminho para que tal objetivo possa ser alcançado exige do professor que sua ação esteja embasada na reflexão e na pesquisa sobre sua prática cotidiana que, lembremos é apontado com muita clareza no documento. Para os que compartilham desta proposta a este movimento deveria advir um outro, a partir do qual o professor tomaria consciência de seu papel na sociedade. Conscientização e autonomia (não ser um mero reproduzidor do conhecimento), seriam categorias - chaves para o fim último de transformação social através da educação. Portanto, repetimos, o discurso (as propostas), opera em dois sentidos: o da valorização do trabalho docente, particularmente no que se refere à sua importância para a melhoria do ensino (ou seja, a sua individualidade), e condiciona (a melhoria do ensino), à conscientização ou desvelamento, pelo professor, das condições sócio-históricas nas quais ele faz sua intervenção.

Ou seja, o discurso seduz pelo que propõe e, ao mesmo tempo, diz ao professor: se você não consegue melhorar o ensino a "culpa" não é sua, mas das condições adversas que você não controla. Mas o modelo que une individual e coletivo também funciona como possibilidade de mudança, isto é, ao conscientizar-se, ao emancipar-se, o professor terá mais condições de transformar o mundo que o cerca. Esta é a ilusão que marca a proposta do PCNs.

No entanto, mesmo esta proposta de transformação social não é possível de ser pensada em termos de realização concreta. Geralmente a crítica mais ampla imputa a sua não-realização pelas condições concretas do ensino no Brasil. Mais do que isto, elas reafirmam uma tradição na educação que "pensa" qualquer movimento de mudança de forma genérica. Parece que somos incapazes de pensar soluções mais pontuais, mais pautadas pelo dado concreto de cada escola e talvez isso ocorra porque sabemos pouco sobre o cotidiano da realidade escolar. Ou seja, a proposta dos PCNs gira no vazio na medida em que não se concretiza a forma como deve ser realizada. Porém, podemos enunciar que esta é uma característica da educação brasileira e do curso de pedagogia em particular que, por isso, sofre as conseqüências de falta de identidade, acentuada pelas contínuas mudanças na legislação que também teimam em não dimensionar a realidade.

Um outro ponto problema dos PCNs são os denominados Temas Transversais. Os defensores da introdução dos Temas Transversais que no Brasil foram divididos em dois tomos no conjunto dos PCNs (em um volume temos a temática da pluralidade cultural e orientação sexual e em outro, meio ambiente e saúde e na apresentação encontramos duas partes referentes a Ética ) defendem a idéia de que é necessário uma mudança de perspectiva nos conteúdos escolares.

De acordo com Araújo que faz o prefácio a edição brasileira dos PCNS os conteúdos escolares tradicionais só farão sentido se estiverem integrados em um projeto que vise a construção da cidadania e de uma sociedade mais justa. Como os Temas Transversais poderiam contribuir neste sentido? Para o autor (e aqui ele faz referência ao texto de Montserrat Moreno) é preciso tornar os temas transversais no eixo longitudinal dos conteúdos escolares, ou seja, ao invés de impregnar as disciplinas com as temáticas propostas, os conteúdos deixariam de ter um fim em si mesmo e se tornariam um meio para atingir finalidades mais próximas das necessidades e interesses da maioria da população. Por exemplo, em torno da idéia de paz, da igualdade de oportunidades, do consumo, da moral ou de qualquer outro aspecto tratado nos temas transversais seria possível dar um significado a História, Matemática, Língua enfim, aos conteúdos curriculares fundamentais.

Na apresentação dos temas transversais dos PCNs no Brasil o eixo será a cidadania defesa da construção da cidadania ou seja, desenvolver nos educandos as capacidades necessárias para a participação social efetiva em uma realidade contraditória, plural, polissêmicas dentre outros adjetivos que evocam a convivência com a diferença em seu sentido amplo. E ainda segundo o documento as disciplinas convencionais não seriam suficientes para atingir estes fins. E, como complemento, reforça a construção histórica dos valores sociais e que, portanto, são passíveis de transformação particularmente pela ação política dos educadores. Isto significa valorizar o questionamento dos educandos; buscar situações didáticas que potencializem o aprendizado de modo a que ele possa ser utilizado de forma responsável e eficaz. Em síntese, os temas transversais, assim, como todo o documento dos PCNs, alinhavam uma linguagem na qual a transformação será feita na base do consenso, do diálogo e da tolerância.

Os que indicam pontos negativos no que se refere aos temas transversais também apontam para a ausência da idéia de que a transformação da e na sociedade capitalista só existirá com base na luta de classes. Ou seja, enquanto

houver capitalismo o conceito de diferença esconde a verdadeira desigualdade que é a contradição entre as classes sociais. Também inserem a idéia de que o discurso se junta com os preceitos do neoliberalismo sendo que uma autora (Jacomeli, 2007) aponta que os Temas Transversais são, na verdade, uma roupagem nova da disciplina Estudos Sociais que foi implantada no período da ditadura. É claro que os educadores que participaram da elaboração do projeto foram buscar na história das idéias pedagógicas o que fazia sentido focar no âmbito de uma proposta que quer se colocar como nova.

Os PCNs se afiguram, neste sentido, como um documento do seu tempo. No entanto, eles são apresentados como algo novo no qual a dimensão histórica não aparece. Portanto, embora possamos considerar que existam avanços na perspectiva pedagógica com a proposta de conteúdos que não estavam presentes na escola achamos que ela não vai se concretizar, pois não faz a relação entre a educação e as questões sociais concretas. No entanto, no caso da cultura e da identidade brasileira eles reafirmam a nossa sociedade como plural e tornam positiva a idéia da possibilidade de valorização da diferença.

Esta idéia, reforçada pelos PCNs, vai de encontro a visões defendidas pelos educadores das quais destacamos as palavras de Dayrel:

Analisar a escola como espaço sócio-cultural significa compreendê-la na ótica da cultura, sob um olhar mais denso, que leva em conta a dimensão do dinamismo, do fazer-se cotidiano, levado a efeito por homens e mulheres, trabalhadoras e trabalhadores, negros e brancos, adultos e adolescentes, enfim alunos e professores, seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos, presentes na história, atores na história. Falar da escola como espaço sócio-cultural implica, assim, resgatar o papel dos sujeitos na trama social que a constitui, enquanto instituição. (DAYREL, 1999 p. 136)



### CAPÍTULO III - A VISÃO DE CULTURA E SOCIEDADE PROPOSTA NOS PCNS

Neste capítulo, pretendemos focar a visão de sociedade e cultura dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) procurando identificar:

- a) que tipo de identidade nacional está sendo proposta por este documento;
- b) como a escola deve ser para que esta identidade seja construída;
- c) o que se entende por construção da cidadania brasileira.

Como já informamos na Introdução, inserimos em anexo, todas as citações retiradas dos PCNs e neste capítulo, vamos citar apenas algumas como exemplo para nossa análise.

No que se refere a identidade nacional, é comum afirmar que o brasileiro se reconhece como a mistura do branco; negro e índio o que nos fez uma sociedade singular. Esta idéia é reforçada no documento como demonstram as citações que retiramos dos PCNS:

Para os alunos, o tema da Pluralidade Cultural oferece oportunidades de conhecimento de suas origens como brasileiro e como participante de grupos culturais específicos. Ao valorizar as diversas culturas que estão presentes no Brasil, propicia ao aluno a compreensão de seu próprio valor, promovendo sua auto-estima como ser humano pleno de dignidade, cooperando na formação de autodefesas a expectativas indevidas que lhe poderiam ser prejudiciais. (BRASIL / PCNs, 1997, vol 10, p. 5)

e

O ensino de qualidade que a sociedade demanda atualmente expressa-se aqui como a possibilidade de o sistema educacional vir a **propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira**, que considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem. (BRASIL /PCNS, 1997, vol. 1 p.27 grifos nossos)

A questão da identidade nacional tem sido estudada por vários autores, mas merece destaque o trabalho de Ortiz (1986) no qual o autor demonstra que a nossa idéia de identidade mestiça foi construída politicamente a partir da obra de Gilberto Freire (Casa Grande e Senzala) que foi apropriada pelo governo de Getúlio Vargas nos anos de 1930. De acordo com este autor Gilberto Freire transforma a negatividade do mestiço em positividade, o que permite completar definitivamente os contornos de uma identidade que, há muito, vinha sendo desenhada para a sociedade brasileira.

Para o autor o livro "Casa Grande e Senzala" possibilita a afirmação inequívoca de um povo que se debatia ainda com as ambigüidades de sua própria definição. Ao trabalhar a problemática da cultura brasileira, enfatizando os traços de cada povo que construiu o Brasil, Gilberto Freire oferece ao brasileiro uma carteira de identidade. Assim, o mito das três raças, ao se difundir na sociedade, permite aos indivíduos, das diferentes classes sociais e dos diversos grupos de cor, interpretar, dentro do padrão proposto, as relações raciais que eles próprios vivenciam.

Como podemos perceber pela última citação, a idéia positiva da mestiçagem, se junta a questão da construção de uma cidadania que seja adequada a cultura brasileira, isto é, um cidadão que aprende a valorizar as diferenças até por respeito a sua origem.

No que se refere ainda ao conceito de cultura e identidade nacional podemos ler nos PCNS :

A diversidade marca a vida social brasileira. Encontram-se diferentes características regionais, diferentes manifestações de cosmologia que ordenam de maneiras diferenciadas a apreensão do mundo, formas diversas de organização social nos diferentes grupos e regiões, multiplicidade de modos de relação com a natureza, de vivência do sagrado e de sua relação com o profano. O campo e a cidade propiciam às suas populações vivências e respostas culturais muito diferenciadas que implicam ritmos de vida, ensinamentos de valores e formas de solidariedade distintas. Os processos migratórios colocam em contato grupos sociais com diferenças de fala, de costumes, de valores, de projetos de vida. (BRASIL/PCNs, 1997, vol 10, p. 29)

e

A pluralidade cultural existente no Brasil é fruto de um longo processo histórico de interação entre aspectos políticos e econômicos, no plano nacional e internacional. Esse processo apresenta-se como uma construção cultural brasileira altamente complexa, historicamente definida e redefinida continuamente em termos nacionais, apresentando características regionais e locais. Coexistem aqui culturas singulares,

ligadas a identidades de origem de diferentes grupos étnicos e culturais.(BRASIL/ PCNs, 1997 , vol 10, p. 28)

A idéia da valorização da mestiçagem e da singularidade do povo brasileiro já presente nos anos de 1930 é atualizada por Ribeiro (1995) que refaz historicamente o percurso do surgimento do brasileiro.

A tese deste autor pode ser enunciada da seguinte forma: Nós somos um povo singular, pois que incorporamos o branco; o negro e o indígena, mas ao mesmo tempo, construímos com cada um uma relação de estranheza, ou seja, também negando estes três grupos.

Em suas palavras:

O surgimento de uma etnia brasileira inclusiva, que possa envolver e acolher a gente variada que aqui se juntou, passa tanto pela anulação das identificações étnicas de índios, africanos e europeus, como pela indiferenciação entre várias formas de mestiçagem, como os mulatos, caboclos ou curibocas. (RIBEIRO, 1995, p.133)

Como no seu modo de ver foi se constituindo esta singularidade? Para Ribeiro ao longo de décadas e séculos, vão surgindo modos brasileiros tão diferenciados uns dos outros, por suas singularidades, como homogeneizados pelo muito mais que têm em comum.

Esta historia se inicia no período colonial onde no seu conjunto destaca-se além da população de escravos e indignas um conjunto populacional superior e desligado das tarefas produtivas, formada por três setores letrados, participantes de certos conteúdos eruditos da cultura lusitana. Tais eram: uma burocracia colonial; outra religiosa e, uma terceira, que viabiliza a economia de exportação. Estes três setores, mais seus corpos de pessoal auxiliar, constituíram o comando da estrutura global.

Para o autor é bem provável que o brasileiro comece a surgir e a reconhecer-se a si próprio mais pela percepção de estranheza que provocava no lusitanismo, do que por sua identificação como membro das comunidades socioculturais novas, porventura também porque desejoso de remarcar sua diferença e superioridade frente aos indígenas.

Mas, como ainda demonstra a citação acima, a questão da diversidade cultural e o respeito à diferença é uma forma de ser do cidadão brasileiro e a escola deve ser o espaço que ensina a maneira de se estar nesta sociedade mestiça e plural. Assim, esta idéia é reforçada em outras passagens dos PCNs. Na citação abaixo vemos a combinação do respeito à diferença, da ética e da cidadania.

Assim:

**Cabe ao campo educacional propiciar aos alunos as capacidades de vivenciar as diferentes formas de inserção sociopolítica e cultural. Apresenta-se para a escola, hoje mais do que nunca, a necessidade de assumir-se como espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania. (BRASIL/PCNS, 1997, vol. 10, p.27 grifos nossos)**

Esta construção deve ser realizada por todos os sujeitos que agem no processo educacional incluindo a comunidade que, dará o tom, para a construção desta identidade ao nível do micro.

**Entende-se por projeto educativo a expressão da identidade de cada escola em um processo dinâmico de discussão, reflexão e elaboração contínua. Esse processo deve contar com a participação de toda equipe pedagógica, buscando um comprometimento de todos com o trabalho realizado, com os propósitos discutidos e com a adequação de tal projeto às características sociais e culturais da realidade em que a escola está inserida. (BRASIL/ PCNs, 1997, Vol 10, p. 29, 12º Parágrafo grifos nossos)**

No que se refere especificamente ao conceito de cultura lê-se:

**A cultura é o conjunto de códigos simbólicos reconhecíveis pelo grupo: neles o indivíduo é formado desde o momento da sua concepção; nesses mesmos códigos, durante a sua infância, aprende os valores do grupo; por eles é mais tarde introduzido nas obrigações da vida adulta, da maneira como cada grupo social as concebe. (BRASIL/ PCNs, 1997, vol. 10 p. 43)**

Como podemos ver, na citação acima, aqui o conceito de cultura é tomado no seu aspecto mais micro, isto é, como a construção do indivíduo no interior de seu grupo. Portanto, passamos do conceito de cultura vinculado a uma sociedade para o do grupo como forma de justificar a necessidade da escola de respeitar as diferenças "culturais" em todos os níveis. Podemos concluir que, na verdade, o **conceito de cultura, como já afirmamos, é incorporado para negar e suavizar as diferenças entre as classes sociais.** Lembremos com DaMatta (1997) que o

carnaval é celebrado como um momento onde todos pobres e ricos se misturam invertendo a relação inserida no cotidiano onde os pobres e ricos estão em lugares diferentes.

Esta perspectiva não foi construída de forma aleatória. Como mostra Bampi (2001) os discursos multiculturais em educação objetivam a valorização de práticas que possibilitem dar voz aos grupos oprimidos e igualar oportunidades para aqueles que são culturalmente diferentes. Portanto, a idéia de que estamos imersos em sociedades plurais, nas quais vem sendo enfatizada a diversidade cultural, étnica, racial e de gênero, tem suscitado a emergência de propostas educacionais que preparem os sujeitos para atuar em tais sociedades.

No entanto continua a autora, nesta arte da inclusão, esta pedagogia multicultural busca contribuir para uma educação vinculada aos interesses de movimentos sociais, às lutas políticas pela afirmação das identidades destes grupos, aos sonhos de uma sociedade em que injustiças, discriminações e desigualdades não se façam presentes.

A autora também mostra um ponto importante que é a relação entre a educação e o trabalho citando encarte do jornal Zero Hora. Segundo Bampi:

Essas preocupações com a diversidade cultural têm suscitado, também, o interesse de especialistas em recursos humanos no momento de recrutar e selecionar funcionários para atuarem em empresas: 'o futuro das empresas está na diversidade. Incluir grupos sociais, com suas múltiplas culturas, visões de mundo e atitudes, implica em vencer preconceitos no ambiente de trabalho e no âmbito das relações empresariais' (BAMPI, 2001, p. 2)

Como já havíamos enunciado, o discurso capitalista assume o discurso da educação reforçando, neste sentido, a idéia de que o respeito à diversidade é suficiente para minimizar e até mesmo negar as diferenças e contradições postas pelo capitalismo. Interessante notar que na citação acima vemos que o mesmo movimento, isto é, respeito à diversidade está presente na esfera dos trabalhadores e dos empresários. Eis a ilusão que está afirmada no PCN: o respeito à diversidade é suficiente para a criação de um mundo mais justo, democrático e igualitário.

É Thomaz (1993) que também chama a atenção para as ilusões advindas do multiculturalismo. Citando um crítico ferrenho do debate sobre o negro nos Estados Unidos, Cornel West, o autor mostra que o multiculturalismo findou por levar à fragmentação da sociedade norte – americana, onde os indivíduos se definem

segundo linhas de raça, sexo ou preferência sexual e se enfrentam numa esfera pública que mais se assemelha a um campo de batalha. Os apelos aos interesses particulares em detrimento dos interesses públicos reforçam esta polarização.

Para o autor:

No Brasil, vivemos também uma crise que, para além da crise econômica e política, se revela numa crise de representações: ao lado da visão cada vez mais frágil, da democracia racial, as relações entre brancos, negros e índios emergem como “questão” e põe em xeque-mate a nação brasileira. As diferenças étnicas são reavaliadas e revitalizadas e surgem agora como um no debate político brasileiro ( Thomaz, 1993, p. 148).

Ao que parece, o autor, que escreve antes da publicação dos PCNs foi profético, pois acreditamos que este documento de forma conjunta com as cotas na universidade foram uma forma de contornar esta crise. Somos um país diverso e uma forma de respeitar esta diversidade é possibilitar que ela vá aos poucos sendo anulada na medida em dou através das cotas a possibilidade de redenção aos povos, principalmente os negros que se inseriram de forma mais presente na nossa sociedade, de se incorporarem em pé de igualdade com seus antigos opressores.

O sistema educacional cumpre sua parte valorizando a diversidade na educação básica e criando canais de acesso para o ensino universitário. Portanto, uma criança submetida aos ideais e ideias dos PCNs vai valorizar a nossa cultura e replicar a nossa identidade de povo que reafirma a democracia racial por vários caminhos.

Para finalizar este capítulo iremos resumir as idéias de Martucelli no que se refere ao multiculturalismo. Para este autor o interesse em examinar a idéia da sociedade multicultural está no dilema moderno das identidades que a noção revela, nos problemas políticos e nos impasses que ela põe em evidência. O problema determinante de uma sociedade multicultural é sempre a busca de uma nova articulação entre identidade e o político.

Para o autor: “O multiculturalismo põe em questão a resposta democrática tradicional ao dilema identitário, que ela garante, sobretudo mediante seus dois princípios que são a liberdade e a igualdade” (MARTUCELLI, 1996, p. 19). E, acrescenta: as diversidades só podem tornar-se politicamente significativas no interior de uma concepção liberal dado que o multiculturalismo, seguindo o processo

de individualização moderno, expressa a exigência do aumento da diferença no domínio público.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não poderíamos terminar este texto sem reafirmar o que alguns autores chamaram a atenção para o real significado dos PCNs.

Para Ponce (2003), existem diversidades com significados sociológicos e políticos distintos, que vão desde meras diferenças regionais, culturais e políticas porque os lugares, sociedades, grupos humanos e pessoas são variados até aquelas diversidades ou diferenças que expressam desigualdades sócio-econômicas entre regiões, entre classes, segmentos ou grupos sociais e indivíduos.

Estes vários e múltiplos sentidos amplamente reunidos sobre termos como *diversidade e diferença* sugerem um conveniente recurso retórico para lidar politicamente, deslocando o foco das efetivas desigualdades sócio-econômicas que se refletem na educação e escolas brasileiras.

A nosso ver, os Parâmetros Curriculares e o debate sobre a diversidade cultural que, como vimos, foi assumido por muitos educadores além do próprio conceito de Multiculturalismo, realmente encobre as diferenças e contradições que emergem na sociedade capitalista.

A estas análises queremos acrescentar que nós, futuros pedagogos (professores ou gestores) acabamos também nos iludindo com esta questão já que não foi por acaso que quis inicialmente analisar as diferenças culturais em uma sala de aula. Isto significa que esta idéia tem sido reforçada no interior do próprio curso. Neste sentido concordamos com Thomaz (1996) quando chama a atenção para o fato de que o reforço da comunidade pode ser o seu colapso, na medida em que os grupos culturais se degladiam para usufruir do que vai ser possível obter do poder público reafirmando suas diferenças.

A diversidade cultural que é reforçada pelos PCNs contém uma ambigüidade que não é ocasional. Por um lado, reforça a identidade própria das etnias para posteriormente e no mesmo parágrafo (cf vol. 10, p 29) afirmar que cada indivíduo pode vincular-se a diferentes grupos. Chama a atenção também que este movimento o conflito nunca aparece já que a escola ou a forma como estas questões podem ser abordadas tem como base uma idéia de consenso.

A ideia do consenso tem marcado a tônica da educação pelo menos nos textos que abordam a questão da diversidade cultural e do multiculturalismo. E



neles vemos uma leitura que valoriza o que antes se denominava cultura popular (e que agora é apenas cultura, individualizada em cada aluna e aluno) colocada como oposta a uma cultura “das idéias prontas e estabelecidas”. (TRINDADE, 2000, p. 18). E esta idéia está amparada na visão de que a cultura cristalizada pelo Estado “corporifica o que a Europa produziu, o que a Europa é” (IBDEM, p. 18).

Pensemos o significado de apenas valorizar um lado da cultura. Pensemos na ideia assumida pelo professor que incorpora a seguinte frase; “É possível, ter sabedoria, ter cultura, no sentido de uma instrumentalidade para lidar com o real, sem passar pela letra” ( IBDEM, p. 19) .Esta frase nos faz pensar se não estamos com este conceito de cultura jogando fora a própria escolaridade e o nosso papel como professores.

Após as leituras feitas é preciso reconhecer que a suspeita sobre a noção de cultura escolar presente nos textos e nos PCNs tendem a reforçar e como afirmou um dos autores criar uma ilusão de que estamos promovendo uma sociedade mais justa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAMPI, L. "Arte da sedução multicultural no governo do currículo" in . 24ª Reunião ANPED , Caxambu- MG, 2001
- BRANDÃO C R. A Antropologia Social In MARCELINNO N. ( org.) **Introdução à Ciências Sociais** Campinas: Papyrus, 1996
- \_\_\_\_\_ **A Educação como Cultura** Campinas-SP : Mercado das Letras, 2002
- CANAU, V. M (org) **Sociedade Educação e Cultura (s)** Petrópolis: Vozes, 2002
- CASTRO , M L S "A Gestão da Escola Básica:conhecimento e reflexão sobre a prática cotidiana da diretora de escola municipal. **Revista Em Aberto** vol 17 nº 72 Brasília, fev-jun 2000
- DAMATTA R. **A Casa e a Rua:Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil** Rio de Janeiro: Rocco, 1997
- DAYREL, J. " A Escola como Espaço Cultural " in DAYREL, J (org.) **Múltiplos Olhares sobre Educação e Cultura** Belo Horizonte: MG, 199
- ENGUITA, M.F. **Educar em Tempos Incertos**. Porto Alegre: ARTMED, 2004.
- JACOMELLI, M R M – PCNs e Temas Transversais : análise histórica das políticas educacionais brasileiras. Campinas: Alínea, 2007
- LOVISOLO, Hugo – A Antropologia e Educação na Sociedade Complexa. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 65, n. 149, Brasília, abr., 1984.
- MARTUCELLI, D. " As Contradições Políticas do Multiculturalismo **Revista Brasileira de Educação** nº. 2 Mai/Jun./Ago UFRS: Porto Alegre, 1996
- ORTIZ, R – **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RIBEIRO, D – **O Povo Brasileiro: a Formação e o Sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- SILVA, T. M. T. **Professor reflexivo e uma nova (?) cultura da docência: uma análise a partir dos anos 90**. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação). Universidade de Campinas, 2005.
- THOMAZ, O R "As Ilusões do Multiculturalismo" **Caderno de Campo, Volume 3 Nº. 3** São Paulo USP, 1993.

TRINDADE, A. L (org.) Multiculturalismo mil e uma faces da Escola Rio de Janeiro DP&A Editora, 2000

## **DOCUMENTOS**

**BRASIL MEC Parâmetros Curriculares Nacionais Brasília: vol. 1 e 2, 1997**

**ANEXO**

**COMPILAÇÃO DOS DADOS**

**PCNS VOLUME 1 E VOLUME 10**

## PCNS VOL 1

O ensino de qualidade que a sociedade demanda atualmente expressa-se aqui como a possibilidade de o sistema educacional vir a **propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira**, que considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem. (PCNS, vol. 1 p.27 grifos nossos)

Cabe ao campo educacional propiciar aos alunos as capacidades de vivenciar as diferentes formas de inserção sociopolítica e cultural. Apresenta-se para a escola, hoje mais do que nunca, a necessidade de assumir-se como espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania. (PCNS, vol. 1 p.27)

Entende-se por projeto educativo a expressão da identidade de cada escola em um processo dinâmico de discussão, reflexão e elaboração contínua. Esse processo deve contar com a participação de toda equipe pedagógica, buscando um comprometimento de todos com o trabalho realizado, com os propósitos discutidos e com a adequação de tal projeto às características sociais e culturais da realidade em que a escola está inserida. (Introdução Pág. 29 12º Parágrafo)

A "pedagogia renovada" é uma concepção que inclui várias correntes que, de uma forma ou de outra, estão ligadas ao movimento da Escola Nova ou Escola Ativa. Tais correntes, embora admitam divergências, assumem um mesmo princípio norteador de valorização do indivíduo como ser livre, ativo e social. O centro da atividade escolar não é o professor nem os conteúdos disciplinares, mas sim o aluno, como ser ativo e curioso. O mais importante não é o ensino, mas o processo de aprendizagem. Em oposição à Escola Tradicional, a Escola Nova destaca o princípio da aprendizagem por descoberta e estabelece que a atitude de aprendizagem parte do interesse dos alunos, que, por sua vez, aprendem fundamentalmente pela experiência, pelo que descobrem por si mesmos. (Introdução Pág. 31 2º Parágrafo)

O enfoque social dado aos processos de ensino e aprendizagem traz para a discussão pedagógica aspectos de extrema relevância, em particular no que se refere à maneira como se devem entender as relações entre desenvolvimento e aprendizagem, à importância da relação interpessoal nesse processo, à relação entre cultura e educação e ao papel da ação educativa ajustada às situações de aprendizagem e às características da atividade mental construtiva do aluno em cada momento de sua escolaridade. (Introdução Pág. 32 12º Parágrafo)

A formação escolar deve propiciar o desenvolvimento de capacidades, de modo a favorecer a compreensão e a intervenção nos fenômenos sociais e culturais, assim como possibilitar aos alunos usufruir das manifestações culturais nacionais e universais. (Introdução Pág. 33 2º Parágrafo)

aprendizagem e assimilação são as consideradas essenciais para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres. (Introdução Pág. 33/34 4º Parágrafo)

Os processos de diferenciação na construção de uma identidade pessoal e os processos de socialização que conduzem a padrões de identidade coletiva constituem, na verdade, as duas faces de um mesmo processo. (Introdução Pág. 33/34 5º Parágrafo)

Os conhecimentos que se transmitem e se recriam na escola ganham sentido quando são produtos de uma construção dinâmica que se opera na interação constante entre o saber escolar e os demais saberes, entre o que o aluno aprende na escola e o que ele traz para a escola, num processo contínuo e permanente de aquisição, no qual interferem fatores políticos, sociais, culturais e psicológicos. (Introdução Pág. 34 3º Parágrafo)

Em síntese, as escolas brasileiras, para exercerem a função social aqui proposta, precisam possibilitar o cultivo dos bens culturais e sociais, considerando as expectativas e as necessidades dos alunos, dos pais, dos membros da comunidade, dos professores, enfim, dos envolvidos diretamente no processo educativo. É nesse universo que o aluno vivencia situações diversificadas que favorecem o aprendizado, para dialogar de maneira competente com a comunidade, aprender a respeitar e a ser respeitado, a ouvir e a ser ouvido, a reivindicar direitos e a cumprir obrigações, a participar ativamente da vida científica, cultural, social e política do País e do mundo.

(Introdução Pág. 34 7º Parágrafo)

O processo de atribuição de sentido aos conteúdos escolares é, portanto, individual; porém, é também cultural na medida em que os significados construídos remetem a formas e saberes socialmente estruturados. (Introdução Pág. 37 7º Parágrafo)

A abordagem construtivista integra, num único esquema explicativo, questões relativas ao desenvolvimento individual e à pertinência cultural, à construção de conhecimentos e à interação social. Considera o desenvolvimento pessoal como o processo mediante o qual o ser humano assume a cultura do grupo social a que pertence. Processo no qual o desenvolvimento pessoal e a aprendizagem da experiência humana culturalmente organizada, ou seja, socialmente produzida e historicamente acumulada, não se excluem nem se confundem, mas interagem. (Introdução Pág. 37/38 9º Parágrafo)

As diferentes áreas, os conteúdos selecionados em cada uma delas e o tratamento transversal de questões sociais constituem uma representação ampla e plural dos campos de conhecimento e de cultura de nosso tempo, cuja aquisição contribui para o desenvolvimento das capacidades expressas nos objetivos gerais. (Introdução Pág. 44 2º Parágrafo)

projetos comuns, preparando-se para gerir conflitos, fortalecendo sua identidade e respeitando a dos outros, respeitando valores de pluralismo, de compreensão mútua e de busca da paz.

(Além da análise da conjuntura mundial, os documentos também apresentam as seguintes recomendações **Pág. 17**)

O relacionamento contínuo e flexível com a comunidade favorece a compreensão dos fatores políticos, sociais, culturais e psicológicos que se expressam no ambiente escolar. (Pág.43 2º Parágrafo)

O relacionamento entre escola e comunidade pode ainda ser intensificado, quando há integração dos diversos espaços educacionais que existem na sociedade, tendo como objetivo criar ambientes culturais diversificados que contribuam para o conhecimento e para a aprendizagem do convívio social. (Pág.43 3º Parágrafo)

É fundamental que a escola assuma a valorização da cultura de seu próprio grupo e, ao mesmo tempo, busque ultrapassar seus limites, propiciando às crianças e aos jovens pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade. (Pág.44 5º Parágrafo)

Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar e valorizar a diversidade étnica e cultural que a constitui. Por sua formação histórica, a sociedade brasileira é marcada pela presença de diferentes etnias, grupos culturais, descendentes de imigrantes de diversas nacionalidades, religiões e línguas. No que se refere à composição populacional, as regiões brasileiras apresentam diferenças entre si; cada região é marcada por características culturais próprias, assim como pela convivência interna de grupos diferenciados. (Pág 68 24º Parágrafo)

O trabalho com a Pluralidade Cultural se dá, assim, a cada instante, propiciando que a escola coopere na formação e consolidação de uma cultura da paz, baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos universais e da cidadania compartilhada por todos os brasileiros.

Ninguém pode construir a sua identidade independentemente das relações estabelecidas com os outros e da representação que os outros possuem a seu respeito. Para cada um se constituir em sua singularidade é fundamental a visão que os outros têm de sua pessoa.

A identidade é vivenciada, assim, como uma ação e não tanto como uma situação; é o indivíduo que constrói a sua consistência e seu reconhecimento,

no interior dos limites postos pelo ambiente e pelas relações sociais. É uma interação social na qual o indivíduo não se sente ligado aos outros apenas pelo fato de existirem interesses comuns, mas, sobretudo, porque esta é a condição para que possa reconhecer o sentido do que faz e afirmar-se como sujeito de suas ações. (Pág 108 3º Parágrafo)

A identidade individual e coletiva de alguma forma interfere na invenção de caminhos e direções de vida a partir do presente, nos limites dados pela estrutura social. (Pág 108 8º Parágrafo)

A elaboração da identidade e do projeto de vida implica construir um conjunto de valores que oriente a perspectiva de vida: quem eu sou, quem eu quero ser, o que quero para mim e para a sociedade. Isso exige uma busca de autoconhecimento, compreensão da sociedade e do lugar social em que está inserido. (Pág 108 9º Parágrafo)

(Mas) A cultura não pode ser analisada apenas pela dimensão do consumo, pois é na dimensão da produção cultural que podemos perceber mais claramente a grande efervescência criativa juvenil, seu enorme potencial de inovação social. (Pág 116 4º Parágrafo)

Em torno das atividades culturais os adolescentes e jovens adquirem e difundem informações (incluindo também aqui a TV, as revistas etc.), desenvolvem a imaginação e expressam suas questões, das convicções às dúvidas mais profundas. (Pág 116 5º Parágrafo)

As diferenças de valores, atitudes, culturas, projetos, que podem ser identificadas nos mais diversos assuntos tratados e nas mais diferentes situações vividas na escola, constituem-se fortes referenciais nos quais cada um pode se reconhecer, distinguindo-se dos outros, reconhecendo-os como diferentes e reconhecendo-se diferente. (Pág 128 2º Parágrafo)

O convívio com a diferença é importante para a percepção de que ser diferente não é problema, é peculiaridade da espécie humana. Esse convívio também contribui para a percepção de que não é necessário ser sempre do mesmo modo: as pessoas mudam, constroem novos valores, assumem novas atitudes e desenvolvem novas relações.

Cada vez mais a linguagem cultural inclui o uso de diversos recursos tecnológicos para produzir processos comunicativos, utilizando-se diferentes códigos de significação (novas maneiras de se expressar e de se relacionar). Além dos



meios gráficos, inúmeros meios audiovisuais e multimídia disponibilizam dados e informações, permitindo novas formas de comunicação. (Pág 135 3º Parágrafo)

Dependendo das características culturais e condições socioeconômicas, encontramos diferenças acentuadas quanto à familiaridade, domínio e presença dos recursos tecnológicos, sendo que existem lugares do país em que a presença de tecnologia é praticamente inexistente. (Pág 137 9º Parágrafo)

O domínio da tecnologia só faz sentido, quando se torna parte do contexto das relações entre homem e sociedade. Assim, ela representa formas de manutenção e de transformação das relações sociais, políticas e econômicas, acentuando a barreira entre os que podem e os que não podem ter acesso a ela. (Pág 137 10º Parágrafo)

Com certeza, a educação pode contribuir para diminuir diferenças e desigualdades, na medida em que acompanhar os processos de mudanças, oferecendo formação adequada às novas necessidades da vida moderna. (Pág 137 15º Parágrafo)

A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal. (1º P. Pág. 19)

Pluralidade Cultural quer dizer a afirmação da diversidade como traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente, e o fato de que a humanidade de todos se manifesta em formas concretas e diversas de ser humano. (1º P. Pág. 19)

As culturas são produzidas pelos grupos sociais ao longo das suas histórias, na construção de suas formas de subsistência, na organização da vida social e política, nas suas relações com o meio e com outros grupos, na produção de conhecimentos, etc. A diferença entre culturas é fruto da singularidade desses processos em cada grupo social. (2º P. Pág. 20)

A desigualdade social é uma diferença de outra natureza: é produzida na relação de dominação e exploração socioeconômica e política. Quando se propõe o conhecimento e a valorização da pluralidade cultural brasileira não se pretende deixar de lado essa questão. As produções culturais não ocorrem “fora” de relações de poder: são constituídas e marcadas por ele, envolvendo um permanente processo de reformulação e resistência. ( 3º P. Pág. 20)

Do mesmo modo, movimentos sociais estabelecem, a cada tempo, novas formas de lidar com a temática, de acordo com avanços na consciência do próprio movimento, com mudanças em campo social, com influências internacionais com as quais dialogam com a necessidade de novas estratégias que conduzam a objetivos voltados para o pleno exercício de direitos civis, sociais, culturais, gerais da população e específicos dos diferentes grupos. (1º p.pág. 28)

A pluralidade cultural existente no Brasil é fruto de um longo processo histórico de interação entre aspectos políticos e econômicos, no plano nacional e internacional. Esse processo apresenta-se como uma construção cultural brasileira altamente complexa, historicamente definida e redefinida continuamente em termos nacionais, apresentando características regionais e locais. Coexistem aqui culturas singulares, ligadas a identidades de origem de diferentes grupos étnicos e culturais. (2º P. Pág. 28)

A diversidade marca a vida social brasileira. Encontram-se diferentes características regionais, diferentes manifestações de cosmologia que ordenam de maneiras diferenciadas a apreensão do mundo, formas diversas de organização social nos diferentes grupos e regiões, multiplicidade de modos de relação com a natureza, de vivência do sagrado e de sua relação com o profano. O campo e a cidade propiciam às suas populações vivências e respostas culturais muito diferenciadas que implicam ritmos de vida, ensinamentos de valores e formas de solidariedade distintas. Os processos migratórios colocam em contato grupos sociais com diferenças de fala, de costumes, de valores, de projetos de vida. (4º P. pág. 29)

A cultura é o conjunto de códigos simbólicos reconhecíveis pelo grupo: neles o indivíduo é formado desde o momento da sua concepção; nesses mesmos códigos, durante a sua infância, aprende os valores do grupo; por eles é mais tarde introduzido nas obrigações da vida adulta, da maneira como cada grupo social as concebe. (Pág. 43)

A cultura, como código simbólico, apresenta-se como dinâmica viva. Todas as culturas estão em constante processo de reelaboração, introduzindo novos símbolos, atualizando valores. O grupo social transforma e reformula constantemente esses códigos, adaptando seu acervo tradicional às novas condições historicamente construídas pela sociedade. A cultura não é algo fixo e cristalizado que o sujeito carrega por toda a sua vida como um peso que o estigmatiza, mas é elemento que o auxilia a compor sua identidade. (Pág. 43)

A cultura pode assumir um sentido de sobrevivência, estímulo e resistência. Quando valorizada, reconhecida como parte indispensável das identidades individuais e sociais, apresenta-se como componente do pluralismo próprio da vida democrática. Por isso, fortalecer a cultura própria de cada grupo social, cultural e étnico que compõe a sociedade brasileira, promover seu reconhecimento, valorização e conhecimento mútuo, é fortalecer a igualdade, a justiça, a liberdade, o diálogo e, portanto, a democracia. (Pág. 44)

Ao valorizar as diversas culturas que estão presentes no Brasil, propicia ao aluno a compreensão de seu próprio valor, promovendo sua auto-estima como ser humano pleno de dignidade, cooperando na formação de autodefesas a expectativas indevidas que lhe poderiam ser prejudiciais. (Pág. 51)

Ao mostrar as diversas formas de organização social desenvolvidas por diferentes comunidades étnicas e diferentes grupos sociais, explicita que a pluralidade é fator de fortalecimento da democracia pelo adensamento do tecido social que se dá, pelo fortalecimento das culturas e pelo entrelaçamento das diversas formas de organização social de diferentes grupos. (Pág. 52)

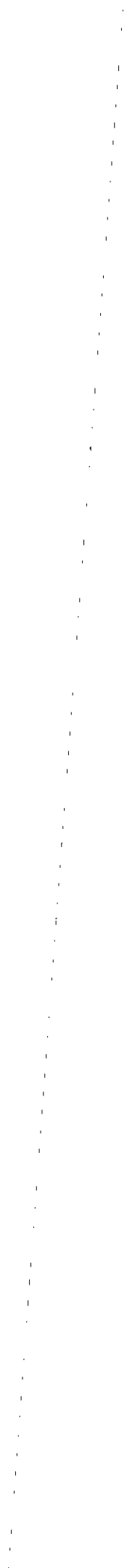
O produto cultural de um grupo não pode ser tratado como um fato isolado. Cada manifestação social fala diretamente do grupo que a produziu, de relações entre a visão de mundo, hábitos, costumes e valores da cultura à qual pertencem. (Pág. 98)

A cultura pode assumir um sentido de sobrevivência, estímulo e resistência. Quando valorizada, reconhecida como parte indispensável das identidades individuais e sociais, apresenta-se como componente do pluralismo próprio da vida democrática. Por isso, fortalecer a cultura própria de cada grupo social, cultural e étnico que compõe a sociedade brasileira, promover seu reconhecimento, valorização e conhecimento mútuo, é fortalecer a igualdade, a justiça, a liberdade, o diálogo e, portanto, a democracia. (pág 44)

A diversidade das sociedades humanas não se explica pela diferença genética — a variação dos caracteres genéticos internos de qualquer grupo é muito grande —, mas sim pela cultura. (pág. 45)

Etnicidade” é a condição de pertencer a um grupo étnico. É o caráter ou a qualidade de um grupo étnico, que freqüentemente se autodenomina comunidade. Já o “etnocentrismo” — tendência de alguém tomar a própria cultura como centro exclusivo de tudo, e de pensar sobre o outro também apenas a partir de seus próprios valores e categorias — muitas vezes dificulta um diálogo intercultural, impedindo o acesso ao inesgotável aprendizado que as diversas culturas oferecem. (pág. 45)

Para os alunos, o tema da Pluralidade Cultural oferece oportunidades de conhecimento de suas origens como brasileiro e como participante de grupos culturais específicos. Ao valorizar as diversas culturas que estão presentes no Brasil, propicia ao aluno a compreensão de seu próprio valor, promovendo sua auto-estima como ser humano pleno de dignidade, cooperando na formação de autodefesas a expectativas indevidas que lhe poderiam ser prejudiciais. (Pág. 51)





UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais- CCH  
Escola de Educação – EE

## MONOGRAFIA II

ALUNO(A)/matrícula: Juliana Cristina da Silva Barros 20051351074

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO

DIVERSIDADE CULTURAL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DOS PCNS

ORIENTADOR(A): Profa. Dra. Tânia Mara Tavares da Silva

### FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

#### PRIMEIRO AVALIADOR

Professor convidado: Dalton José Alves

Nota : 8,0

#### Considerações:

O trabalho apresenta mérito acadêmico e realiza uma discussão pertinente acerca da forma acrítica de como aparece na legislação educacional brasileira a referência ao tema da diversidade cultural e as implicações pedagógicas e ideológico-políticas desta atitude, notadamente nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Neste aspecto o texto poderia ter inclusive avançado mais, pois, a autora dá sinais que teria potencial para fazê-lo, se mais tempo houvesse para tanto.

DATA: 17/12/2010 \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

**SEGUNDO AVALIADOR**

**Professor orientador: Tânia Mara Tavares da Silva**

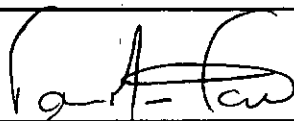
**Nota: 8,0**

**Considerações:**

A aluna fez um trabalho muito importante no que se refere à compilação dos dados, isto é, as várias citações dos PCNs sobre o tema proposto, mas apresentou algumas dificuldades para a análise dos dados. Portanto, considero que o trabalho deva ser aprovado com a ressalva de que o grande mérito da aluna foi o de enfrentar o tema e as leituras propostas com perseverança e esforço diante da complexidade e a amplitude que a temática cultura e educação exige.

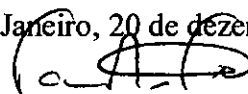
**Data: 17/12/2010**

**Assinatura:**



<b>RESULTADO FINAL</b>		
<b>Avaliador 1</b>	<b>Avaliador 2</b>	<b>Média final</b>
<b>8,0</b>	<b>8,0</b>	<b>8,0</b>

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2010.



Prof. Orientador